

NO 243º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DOS EUA, ENTENDA COMO ELES SE TORNARAM A MAIOR POTÊNCIA DO MUNDO

Nem romanos nem britânicos. Nem persas nem egípcios. Nunca uma nação foi tão poderosa quanto os Estados Unidos

Responda rápido: quem descobriu os Estados Unidos? Se você é como eu e não sabe a resposta, não se canse. Os americanos também não. É que para eles, diferentemente de nós, brasileiros, que marcamos o nascimento do Brasil na chegada de Cabral, o evento fundador de sua nacionalidade é outro: a chegada do advogado britânico John Winthrop a Massachusetts, em 1630.

Adepto de uma seita religiosa radical para a época, os puritanos, e descontente com o anglicanismo – a religião oficial dos ingleses e do rei Carlos I –, Winthrop e as cerca de 700 pessoas que o acompanharam deixaram a Inglaterra para criar sua própria sociedade, num lugar ainda intocado pelos vícios: a América.

Winthrop e sua turma adoravam a idéia de estarem chegando a uma espécie de Terra Prometida, a ser regida pelas leis divinas e, portanto, predestinada a dar certo e a se tornar um exemplo de virtude para o resto do mundo. Os Estados Unidos ainda levariam 140 anos para nascer, mas a idéia do que é ser americano estava lançada.

Para entender esses primeiros americanos, no entanto, é preciso lembrar como era a Inglaterra e como era a vida por lá, no século 17. Sim, porque os primeiros americanos eram britânicos e, portanto, súditos do maior império de seu tempo.

Pioneiros

Desde o século anterior, principalmente no reinado de Elizabeth I, os ingleses vinham assumindo o posto de superpotência que pertencera à Espanha (e do qual até Portugal já tirara uma casquinha). Ser uma potência, na época, era ter navios. E a Inglaterra tinha uma grande, uma baita frota para levar seus produtos o mais longe possível e trazer de lá matérias-primas baratinhas, quando não de graça, para fazer mais produtos e levá-los ainda mais longe.

Do ponto de vista social, o vaivém de mercadorias havia criado nas cidades uma camada de homens ricos, chamados burgueses, e uma grande massa de homens pobres, resultado do êxodo rural. Winthrop fazia parte do primeiro grupo, bem como a imensa maioria dos puritanos, que estavam preocupados com a elasticidade moral típica das grandes cidades: ninguém mais ia à igreja, os políticos mandavam mais que os religiosos e o dinheiro mandava ainda mais que os políticos.

A colonização de novas terras pareceu, então, uma boa idéia em todos os sentidos e, para colocá-la em prática, a coroa inglesa chamou duas empresas: as companhias de Londres e de Plymouth, que ficaram responsáveis por recrutar, armar e, mais importante, financiar as viagens. É por isso que é comum dizer que a colonização dos Estados Unidos foi feita pela iniciativa privada. Fato que se tornou um dos pilares da civilização norte-americana, do qual eles se orgulham tanto.

Esses seriam os fundadores dos Estados Unidos, mas é bom lembrar que eles não eram os únicos a ocupar o território americano, no século 17. Ou seja, sua Terra Prometida já tinha dono. Os primeiros a chegar lá foram os espanhóis, no século 16. Mais preocupados em explorar as ilhas do Caribe e o ouro e a prata do México, eles se aventuraram pela costa da atual Flórida, onde, quando não estavam procurando a fonte da juventude ou sendo devorados por aligatores, criaram meia dúzia de entrepostos comerciais.

No século 17, porém, os espanhóis já não podiam mais sustentar seus interesses imperiais na América e se concentraram em administrar e explorar a Nova Espanha, ou México (região que ia, além do México atual, ao Texas e à Califórnia). Havia ainda uma larga fatia pertencente aos franceses, a chamada Louisiana, que ia do Mississípi à fronteira com o Canadá. Além, é claro, dos índios que já estavam lá. Vinte e cinco milhões deles.

Inimigo interno

A predominância dos colonos ingleses sobre seus vizinhos foi um longo processo que incluiu negociações diplomáticas, algum dinheiro e muita, muita porrada. Os primeiros a dançar, só para variar, foram os índios que ocupavam a região litorânea onde os ingleses aportaram. Quem não fugiu morreu pela guerra e, sobretudo, pelas doenças que os brancos espalhavam, muitas vezes, de propósito.

Em 1673, cercado no forte Pitt pelos guerreiros do chefe Pontiac, o general inglês Jeffrey Amherst ordenou ao capitão Simon Ecuyer que enviasse aos índios cobertores e lençóis. Mostra de boa bontade? Que nada: os cobertores vinham direto da enfermaria, onde os soldados padeciam vítimas de uma epidemia de sarampo. Em alguns dias, os ingleses estavam curados e os índios, milhares deles, mortos.

O próprio John Winthrop, eleito o primeiro governador de Massachusetts, tinha uma desculpa na ponta da língua para justificar a tomada das terras dos índios. Ele as declarou “vácuo legal”. Os índios, diziam, não “subjugaram” a terra e, portanto, possuíam apenas “direito natural” sobre ela, mas não “direito civil”. E, como bom advogado que era, para ele um direito apenas “natural” não tinha nenhum valor jurídico.

A oeste e norte dos assentamentos ingleses, colonos franceses ocupavam regiões que, para populações dedicadas à caça e ao comércio de peles, eram de grande importância econômica, como as terras banhadas pelos rios Ohio, Missouri e Mississípi. As hostilidades eram constantes e, até a metade do século, em pelo menos cinco ocasiões os vizinhos acabaram em guerra.

A animosidade entre os colonos na América era alimentada, ainda, pela rivalidade entre Inglaterra e França na Europa, fato determinante nas relações internacionais do século 18. Em pleno processo de desenvolvimento capitalista, a burguesia inglesa via na França, onde a monarquia entrava em crise, um obstáculo a sua expansão comercial, marítima e colonial. A rixa chegaria ao ponto máximo entre 1756 e 1763, durante a Guerra dos Sete Anos, e teria impacto decisivo sobre a vida na América.

Após a guerra, com o pretexto de recuperar as finanças do Estado, os ingleses, que já vinham adotando medidas mais rígidas em relação ao monopólio sobre as colônias

americanas (como as proibições da fabricação de aço, em 1750, e de tecido, em 1754), adotaram uma série de leis para garantir as vendas (e os lucros e os impostos pagos pelos produtos de empresas inglesas, particularmente o chá).

A insatisfação nas colônias atingiu o máximo quando os territórios da Lousiana, tomados da França, foram declarados da coroa e os colonos, proibidos de pisar por lá. Uma senhora decepção, principalmente para fazendeiros e criadores de gado do sul que esperavam ocupar essas terras.

Em 1774, os americanos estavam cheios dos ingleses e para se livrar deles foram tão, mas tão tipicamente americanos. Primeiro organizaram um boicote (um bloqueio comercial) aos produtos da metrópole. Em seguida, formaram comitês pró-independência que tinham duas funções: fazer propaganda antibritânica e juntar armas e munições. No ano seguinte, a guerra começou e, em 1776, os americanos declararam-se independentes.

Para tanto, escreveram um documento maravilhoso. A Declaração da Independência teve grande significado político não só porque formalizou a independência das primeiras colônias na América, dando origem à primeira nação livre do continente, mas porque trazia em seu bojo o ideal de liberdade e de direito individual e o conceito de soberania popular, representando uma síntese da mentalidade democrática e liberal da época. Redigido por Thomas Jefferson, o texto, em seu trecho mais famoso, afirma: “Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre estes a vida, a liberdade e a procura da felicidade.

A fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados. Sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade”.

Isso, no fim do século 18, soou como revolução. E era. Pela primeira vez na história uma colônia se tornava independente por meio de uma revolução. Com essa iniciativa, os americanos se anteciparam à Revolução Francesa e criaram o primeiro regime democrático do planeta. E isso não era pouca coisa.

Mas os ingleses, é claro, não deram a menor bola para toda essa poesia e enviaram tropas para tomar os principais portos e vias fluviais e isolar as colônias. Liderados por George Washington, os americanos organizaram um exército, formaram milícias populares e reagiram.

Mas não lutaram sozinhos: a França, eterna inimiga dos ingleses, entrou na guerra em 1778 e a Espanha, no ano seguinte. Em 1781 as tropas coloniais e francesas derrotaram os ingleses na decisiva Batalha de Yorktown e, em 1783, foi assinado o Tratado de Paris, no qual a Inglaterra reconhecia a independência das 13 colônias.

Rumo oeste

Após a independência, os agora denominados Estados Unidos da América ainda eram um paisinho nanico que se estendia verticalmente entre o Maine e a Flórida e

horizontalmente entre o Atlântico e o Mississipi. Mas isso estava prestes a mudar. Alimentados ideologicamente pelo chamado “destino manifesto”, que defendia a idéia de que os americanos teriam sido escolhidos por Deus para a missão de ocupar as terras entre os oceanos Atlântico e Pacífico, os Estados Unidos iniciaram um processo de expansão que se estenderia por mais de um século e que, no final, lhes daria as fronteiras atuais e o posto de quarto maior país do mundo.

Primeiro eles foram às compras e, em 1803, adquiriram dos franceses a Louisiana, por 15 milhões de dólares (ou 257 bilhões de dólares em valores atualizados). Em seguida, em 1819, compraram a Flórida da Espanha por apenas 5 milhões de dólares. O Oregon, na costa do Pacífico, cedido pela Inglaterra em 1846, saiu de graça, e o Alasca, comprado da Rússia em 1867, custou 7 milhões de dólares.

O novo país não parava de crescer e, enquanto a Europa era varrida pelas guerras napoleônicas, os Estados Unidos tornavam-se a terra das oportunidades, da liberdade e dos imigrantes. Atraídos pelo trabalho ou pelo ouro – descoberto na Califórnia, em 1848 –, milhões deles chegavam da Inglaterra, Itália, Irlanda, Espanha, Suécia, Polônia e Rússia, entre outros, no maior movimento migratório internacional da história. A população do país saltou de 4 milhões, em 1801, para 32 milhões em 1860.

No campo político, o expansionismo tinha um patrocinador de peso: o presidente James Monroe, que governou entre 1817 e 1825 e foi autor da frase “América para os americanos”. A idéia da chamada Doutrina Monroe era fazer frente à onda recolonizadora que tomou conta da Europa, após a derrota de Napoleão.

Para o historiador americano Howard Zinn, a frase “deixou claro para as nações imperialistas européias, como Inglaterra, Prússia e França, que os Estados Unidos consideravam a América Latina como sua área de influência”. Na prática, conforme os interesses territoriais dos Estados Unidos aumentaram, a Doutrina Monroe ganharia outra definição, muito mais sarcástica: “América para os norte-americanos”.

Dita com sarcasmo ou não, a Doutrina Monroe funcionou no caso da ocupação dos territórios do México. Desde que se tornaram independentes da Espanha, em 1824, os mexicanos permitiram que os americanos ocupassem terras no norte do país, exigindo em troca apenas a adoção do catolicismo nessas áreas.

Envolvido em constantes conflitos pelo poder e por ditaduras, os mexicanos nunca consolidaram seu poder na região e, em 1845, os colonos americanos proclamaram a independência do Texas em relação ao México, incorporando-o aos Estados Unidos. Iniciava-se a Guerra do México. Em três anos, a ex-colônia espanhola perdeu, além do Texas, o Novo México, a Califórnia, Utah, Nevada e partes do Colorado e do Arizona. Ou seja, depois da guerra, cerca de metade das terras do México incorporou-se aos Estados Unidos.

Restava a conquista das terras indígenas, conhecidas como Oeste Selvagem. Quando os ingleses chegaram, havia mais de 25 milhões de índios na América do Norte e cerca de 2 mil idiomas diferentes. Ao fim das chamadas “guerras indígenas”, restavam 2 milhões, menos de 10% do total. Para o etnólogo americano Ward Churchill, da Universidade do Colorado, esses três séculos de extermínio e, particularmente, o ritmo

com que isso ocorreu no século 19 caracterizaram-se “como um enorme genocídio, o mais prolongado que a humanidade registra”.

Ao lado da expansão, veio a prosperidade econômica. Enquanto o norte crescia com o comércio e a indústria cada vez mais sólida, o sul permanecia agrícola e as novas terras do oeste eram tomadas pela pecuária e pela mineração. Ao longo do século 19, essas diferenças se agravaram. “Os Estados Unidos formavam um único país, mas esse país pensava, trabalhava e vivia diferente, abrigando na realidade duas nações: o Norte-Nordeste, industrial e abolicionista, de um lado, e o Sul-Sudeste, rural e escravista, de outro”, afirma o historiador Phil Landon, da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos. Segundo ele, a manutenção da escravidão no Sul, associada a outros elementos também conflitantes, como questões alfandegárias, levaram, em 1860, as duas metades à guerra civil, na qual morreram 620 mil americanos, ou 2% da população.

Fronteira final

O Norte ganhou a guerra, os Estados permaneceram unidos e partiram na direção do desenvolvimento, o que, na época, significava ir mundo afora buscando consumidores para os produtos de sua indústria. O acesso ao Pacífico deu às ambições americanas um caminho óbvio: a Ásia. E foi ali que os Estados Unidos definiram as linhas mestras da sua influência internacional.

Ao contrário das potências coloniais européias, que ocupavam e mantinham o controle político de suas colônias – caso da Inglaterra na Índia e da França na Indochina, por exemplo –, a jovem nação americana não estava interessada em exercer o domínio sobre outros povos. Cada país que cuidasse dos assuntos internos à sua maneira, desde que os interesses comerciais americanos fossem preservados. Essa estratégia levava o nome de “Portas Abertas”, ou seja, o acesso dos produtos e dos capitais americanos a qualquer lugar do mundo.

Mas o fato é que nem sempre as portas se abriam apenas com a conversa dos enviados de Washington. Nesses casos, era preciso um empurrãozinho. Foi o que ocorreu com o Império Japonês, que ficou fechado, durante séculos, ao intercâmbio com o exterior. Em 1852, depois de 15 anos de infrutíferos esforços diplomáticos, a paciência americana acabou.

Quatro navios de guerra, sob o comando do comodoro Matthew Perry, posicionaram-se na baía de Tóquio e apontaram seus canhões para a cidade. Um emissário foi à terra para negociar – e ameaçar – as autoridades japonesas. Caso se recusassem a liberar os portos do país ao comércio, seriam bombardeados. Os japoneses toparam. Acordo semelhante foi firmado com a China, que estendeu aos americanos os privilégios concedidos aos europeus.

No fim do século 19, o país já possuía a maior economia do planeta e uma força naval só comparável à inglesa e à prussiana. O avanço das fronteiras estava esgotado e todos os territórios, no leste e no oeste, colonizados. Uma severa recessão econômica, iniciada em 1893, insuflou as tensões sociais até então mantidas sob controle graças à permanente abertura de novas terras para a exploração. Entre as elites econômicas, começou a prosperar a idéia de que a única saída para a crise era a ampliação dos

mercados no além-mar. Na mesma época, um capitão da Marinha americana, Alfred Thayer Mahan, publicou seu livro *A Influência do Poder Marítimo na História*.

A obra, que teve entre seus leitores mais entusiastas o futuro presidente Theodore Roosevelt, propunha a instalação de bases navais americanas no Caribe e no Pacífico e a abertura de uma ligação entre os oceanos pelo Panamá. Só assim seria possível sustentar o avanço comercial dos americanos no Extremo Oriente, onde se concentrava a competição entre as potências econômicas ocidentais.

As idéias de Mahan orientaram a decisão de anexar o Havaí, em 1897. Também influenciaram na determinação de recorrer às armas para abiscoitar as possessões espanholas que ainda restavam.

Fazer uma guerra contra a Espanha – e sua influência imperial – tinha entre seus líderes, além de políticos ambiciosos como Ted Roosevelt, donos de jornais, como William Randolph Hearst – o magnata da imprensa que inspirou o filme *Cidadão Kane*, de Orson Welles. Era gente que achava que o “destino manifesto”, ou seja, a predestinação americana para liderar os países rumo à democracia, deveria ir além da América do Norte.

“A Espanha, em plena decadência, enfrentava rebeliões anticoloniais em Cuba e nas Filipinas, e os partidários da guerra diziam que os Estados Unidos tinham o dever de ajudar os rebeldes em luta pela liberdade”, diz a historiadora Sophia Rosenfeld, da Universidade da Virgínia. O pretexto para a ação militar ocorreu depois da explosão de um navio americano no porto de Havana, em 18 de fevereiro de 1898. Os jornais americanos trataram o fato como um atentado arquitetado pela Espanha. “Querendo evitar a guerra, os espanhóis chegaram a se desculpar, mas hoje há praticamente um consenso entre os historiadores de que a explosão não foi um ato de guerra, mas, provavelmente, acidental”, afirma Sophia. Pressionado pela histeria belicista, em 25 de abril o presidente William McKinley declarou guerra à Espanha.

A Espanha, totalmente despreparada, com equipamento antiquado, quase não ofereceu resistência. Dos 200 mil espanhóis em Cuba, apenas 12 mil foram mobilizados para defender Santiago, na maior batalha terrestre contra os americanos. A Marinha americana arrasou os antigos navios espanhóis sem sofrer qualquer baixa.

Nas Filipinas, a situação não foi diferente. A principal batalha naval foi travada na baía de Manila, no dia 1º de maio. Seis dos mais modernos e bem armados navios de guerra americanos enfrentaram a esquadra espanhola formada por sete navios.

Três deles eram de madeira e um quarto precisou ser rebocado até o local da batalha. Os canhões instalados em terra, em Manila, não puderam ser usados, pois os comerciantes espanhóis impediram que entrassem em combate temendo que isso provocasse disparos dos navios americanos contra suas propriedades na orla.

Os espanhóis se renderam em menos de quatro meses, em 12 de agosto, e os Estados Unidos emergiram, aos olhos do mundo, como uma verdadeira potência imperial. Cuba, formalmente libertada do jugo colonial, passou a ser administrada pelos americanos, que mantiveram os rebeldes locais à margem do poder. Porto Rico se integrou aos

Estados Unidos e as distantes ilhas Filipinas foram anexadas, transformando-se na primeira colônia americana.

Os filipinos, frustrados por não obterem a independência, se rebelaram em 1899. Os Estados Unidos levaram três anos para esmagar a insurreição, numa campanha em que mobilizaram 120 mil soldados. Os combates provocaram a morte de 4 mil americanos e mais de 200 mil filipinos, na maioria civis, vítimas dos bombardeios indiscriminados e da fome, causada pela destruição das lavouras. Foi a primeira vez que os americanos enfrentaram um povo em luta pela libertação nacional.

Poder global

A vitória na Guerra Hispano-Americana garantiu aos americanos o controle do Caribe e da América Central. Na gestão de Ted Roosevelt, iniciada em 1901, o país instalou um regime de tutela política e financeira sobre a região e despachou tropas para o México, Nicarágua, Haiti e outros países, a pretexto de ensiná-los a “eleger os homens certos”, como diziam as propagandas americanas da época, para os postos de governo. A velha Doutrina Monroe, de 1823, ganhou finalmente vigência plena.

Em 1904, o Congresso americano adotou como política oficial o direito de intervir nos países latino-americanos que se mostrassem incapazes de garantir a ordem interna ou de honrar suas dívidas com os bancos estrangeiros. Roosevelt escreveu textualmente na sua mensagem ao Congresso, por ocasião de sua posse, que os Estados Unidos, “embora relutantes”, estavam prontos a “exercer seu papel de polícia internacional” na América Latina nos casos em que se verificasse “a crônica incapacidade” (dos governantes locais) ou “a impotência que resulte no enfraquecimento dos laços da sociedade civilizada”.

Os Estados Unidos entraram na Primeira Guerra Mundial, em 1917, como a única potência hegemônica em seu próprio hemisfério, e saíram dela ainda mais fortes, como a maior força militar do planeta – afinal, foi o Tio Sam quem desempatou o jogo nas trincheiras da Europa, selando a derrota dos impérios alemão, austro-húngaro e turco-otomano.

Começava a investida americana pela supremacia global que, no mundo abalado pela recessão do período entre-guerras, pela ascensão das ideologias fascistas e, por fim, pela Segunda Guerra, só se confirmaria nas cinzas de Hiroshima, quando os Estados Unidos deram uma mostra – talvez a maior de todas – de seu poder e determinação militar. “Depois da guerra e diante da destruição sofrida pelos eventuais competidores, os americanos passaram a dominar a maior parte do globo”, diz o historiador Amadeo Giceri, da Universidade Estadual do Kansas.

O vazio de poder em escala global e o confronto com a União Soviética – um rival de segunda classe, restrito a seu cinturão de segurança no Leste Europeu e irrelevante como potência econômica – deram aos americanos a chance de alcançar a meta que perseguiram desde o século 19: usar seu poderio militar para abrir o mundo ao comércio e aos investimentos das empresas americanas.

“Os Estados Unidos estenderam sua influência à Indochina e ao Oriente Médio, diante da incapacidade de França e Inglaterra de preservar seus interesses nas ex-colônias”,

afirma Gicéri. Para ele, a Guerra Fria contra os soviéticos e a teoria da luta contra o “mal maior”, ou seja, o comunismo, justificava a presença e a interferência americana nos assuntos internos dos países espalhados pelo globo.

Enfrentar o “mal maior” por vezes significou patrocinar guerrilheiros e golpistas, como no Irã e na Guatemala, na década de 1950. O fim da União Soviética, em 1991, instalou confortável e definitivamente os Estados Unidos no posto de única superpotência.

Ser ou não ser

Mas é justo, diante das guerras do Iraque e do Afeganistão, chamá-los de “império”. Os americanos, de um modo geral, acham muito estranho, e até se sentem ofendidos. Em 230 anos de independência, sucessivos ocupantes da Casa Branca têm se esmerado em desmentir a intenção de dominar outras nações. O primeiro foi McKinley, em 1898, que depois da guerra com a Espanha garantiu que “nenhum desejo imperial se espreita na mente americana”.

O último foi George W. Bush em sua campanha à reeleição, que depois de invadir o Afeganistão disse que “nosso país não busca a expansão do seu território, e sim a ampliação do campo da liberdade”. Para o sociólogo americano Michael Mann, a hegemonia dos Estados Unidos contém um paradoxo. Segundo ele, ao espalharem pelo mundo os valores democráticos, os Estados Unidos reforçam a noção de que cada povo deve ser dono do seu próprio nariz.

“A ideologia do liberalismo e a disseminação do conceito moderno de soberania nacional trariam embutidos os anticorpos contra qualquer plano de dominação.” Ou seja, se os Estados Unidos são o problema, também são a solução, pois, diferentemente de qualquer conquistador do passado, os americanos, que carregam na bagagem o ideal da liberdade e da democracia, levam junto os canhões e os capitais. Aí residem a força e a fraqueza do seu império.